

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**

A Presidência do COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, faz saber: O COMDEMA constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do Sismmam - Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei Ordinária 5.712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de sua competência legal, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)), e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal do Meio Ambiente, ([Lei Complementar 29, de 14 de junho de 1996](#)).

Ata da Reunião Ordinária do Comdema - Conselho Municipal do Meio Ambiente realizada em 06/11/2024.

No sexto dia do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, às dez horas e três minutos, reuniu-se o Comdema Conselho Municipal do Meio Ambiente em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada no Auditório da ACIJ, na Av. Alúcio Pires Condeixa, 2550 - bairro Saguazu, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do COMDEMA, mandato de 01/03/2023 à 28/02/2025, conforme [Decreto 53.364, de 23 de fevereiro de 2023](#) e suas atualizações: Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Rafael Cristiano Wolter, do CREA; Pedro Toledo Alacon, da CAJ; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Rafael Ribeiro, da SAP; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Marlene Terezinha Zimmer, da SED; Lucas Peres Farias, da SES; Gabriel Klein Wolfart, da OAB; Marília Gasperin dos Santos, da SEINFRA; Priscila De Lima Watanabe Quandt, do SECOVI; Débora Karina de Oliveira, da ALOJ; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Leticia Panaro Lunardi, da ACIJ; Samir Alexandre Rocha, da SECULT; Luís Rogério Pupo Gonçalves, da SEPUR; Fernando Belinzoni de Carvalho, da AEA BABITONGA; Luisa Helena Jordan, do OSB; Danielle Perez Alvarez, da AJORPEME; Tiago Corrente Medeiros, da PMA e Renan Gonçalves de Oliveira, do SINDUSCON. Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujo os nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Odilon Amado, da ABREMA; Marcia Koser, da SEINFRA; Márcio Tremel, do OSB; Juliana Borges Silivi, da AEANVI; Da SAMA Luciele Saragossa, Júlia Rocha Pereira, Felipe Alberton de Oliveira, Andréia Braun, Ketlen S.M. Paes Rech, Juliana Serpa de Lima, Luiz Carlos da Silva Seixas e José Augusto de Souza Neto. Na reunião foram desenvolvidos os seguinte assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovação da Ata COMDEMA Reunião 16/10/2024;** **2) CTEM Câmara Microbacias - status, por (UAT);** **3) Programa Ambiental** **4) Orçamento SAMA, e** **5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre. Pauta 1) Aprovação da Ata Reunião 16/10/2024:** O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita cumprimentou a todos, deu boas-vindas, agradeceu suas presenças e após a verificação do quórum regimental iniciou a reunião questionando aos Conselheiros se todos receberam a Ata encaminhada, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não

ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 16/10/2024, a qual foi aprovada por maioria de votos dos Conselheiros. O Presidente Jovita encerra a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 2) CTEM Câmara Microbacias - status, por (UAT).** O Presidente Fábio Jovita inicia a pauta mencionando o *status* das microbacias através da projeção do SIMGEO. A Lei Complementar 601, de 12 de abril de 2022 previa a possibilidade da criação do diagnóstico socioambiental para fazer os estudos socioambientais e a atualização desses estudos das margens dos corpos hídricos dentro da área urbana consolidada. A LC 601 foi amplamente discutida nesse Conselho, que criou em fevereiro de 2022 a Câmara Técnica Especial para discussão das Microbacias, sendo uma Câmara paritária com membros da Sociedade Civil Organizada e da Administração Pública, no caso a Prefeitura Municipal de Joinville, sendo a referida Câmara presidida pela Conselheira Priscila de Lima Watanabe Quandt, do SINDUSCON. Portanto foram dois anos de muito trabalho, de muita troca de ideias neste Conselho. Diversas entidades, em especial a ACIJ e o SINDUSCON, adotaram diversas microbacias e os resultados dos estudos estão disponibilizados no SIMGEO. Todas as microbacias foram adotadas, aprovadas, ou estão em estudo. Conforme o previsto a entrega dos diagnósticos social ambiental para o final deste ano, está se concretizado. A partir da metade do corrente ano, o mercado parou de adotar as microbacias por uma questão de falta de interesse econômico em algumas áreas. Todavia, a Prefeitura, através da Secretaria de Meio Ambiente, começou a efetuar a adoção dessas áreas. Iniciando primeiramente pelas áreas de interesse público, onde havia algum interesse da Educação em construir alguma infraestrutura ou da Equipe da Saúde. Em seguida, em conjunto com outras Secretarias, buscou-se a localização dessas áreas verificando as proximidades entre as microbacias e passou-se a mesclar e a produzir um estudo único para todas as microbacias. Prevê-se que em janeiro ou fevereiro de 2025 todos os estudos deverão estar prontos e aprovados passando a seguir para a fase de emissão de decretos e a elaboração de um diagnóstico único. O Presidente Jovita ressalta que já foram adotadas em estudos 53, e aprovadas 157, sendo destravados praticamente 100% dos processos que estavam parados na SAMA em razão das microbacias, com certidões ou aprovações de processos construtivos. O grande objetivo no final é fazer a correção de alguns pontos, como a ampliação da área urbana consolidada e seu mapeamento; a área urbana consolidada desde o ano 2016, ocorreu a ampliação de sua forma conforme mostra o SIMGEO, por isso se faz necessário alguns ajustes pontuais, a fim de submetê-la à Câmara Técnica. A ideia do diagnóstico único ambiental completo é apresentá-lo para aprovação no Comdema, para que todos possam continuar consultando detalhes de Joinville, mas em uma única camada e não mais subdividido por microbacias. A Presidente da CTEM Priscila Watanabe agradece a oportunidade de aprendizado com essa equipe extremamente técnica e qualificada. Na sequência Jovita agradece a todos que de alguma forma contribuíram com seus conhecimentos técnicos ressaltando que esse trabalho não pode ser somente da Prefeitura, mas de toda a Sociedade, e sem ouvir a Câmara Técnica, que foi criada para esse fim, não seria possível cumprir o requisito da legislação. A Lei Federal foi alterada em dezembro de 2021, e o diagnóstico socioambiental pronto, precisava de um ato normativo ou de uma legislação para sua implementação. Portanto com a alteração do Código Florestal, foi criada a Lei Complementar 601, em menos de um mês, sendo submetida à análise da Câmara de Vereadores, e após três meses conseguiu-se a aprovação da Câmara Legislativa e com bastante foco e união de esforços começou no mês de abril os trabalhos nas camadas dos mapeamentos. O Presidente Jovita destaca o município de Joinville na elaboração e aprovação de uma Legislação Socioambiental com celeridade e competência, sendo um dos poucos municípios no Brasil a conseguir tal feito, e o mais importante, disponibilizando este serviço para a Comunidade. O Presidente Jovita ressalta a transparência disponibilizada para o munícipe que consegue acessar o número da microbacia, *status*, quem adotou e seu contato, data da aquisição, e do Decreto de Autorização, dados da consultoria que está produzindo o estudo, enfim, está a disposição da comunidade em geral tudo o que necessita saber sobre as microbacias. Sem mais manifestações o Presidente Fábio Jovita encerra a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 3) Programa Ambiental.** O Presidente Fábio Jovita cede a palavra à Conselheira Magda Cristina Villanueva Franco, da Sama para exposição dessa pauta. Magda cumprimenta a todos e convida a Coordenadora Juliana Serpa de Lima para apresentação desse item. Juliana cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade e inicia sua explanação mencionando que a ação ambiental faz parte do cotidiano, em razão de uma série de ações que as pessoas tomam focadas na educação ambiental. Juliana enumera as ações efetuadas a partir de julho deste ano de 2024 citando palestra realizada em uma parte das escolas do município. Informa que essas palestras decorrem de pedidos feitos por alunos e no caso presente o tema solicitado foi “Áreas Protegidas”. Ainda no mês de julho foi atendido o pedido de uma Empresa situada nas proximidades da APA Serra Dona Francisca; essa palestra contou com a participação de 25 funcionários, na área de equipamentos industriais. Em 05 de Agosto, na escola Dom Pio Freitas, localizada no bairro Floresta, foi realizado um mutirão de recolhimento de resíduos sólidos, lâmpadas, eletroeletrônicos, pneus, pilhas e

baterias, com o apoio de escolas e da Equipe da Vigilância Sanitária; no dia 7 e 8 de Agosto, na escola Paulo Medeiros, na região do Ademar Garcia. No dia 9 de Agosto a ação ocorreu na escola Luiz Henrique da Silveira, no Parque Guarani e no dia 12 no Juracy Maria, no Paranaguamirim, ocasião em que ocorreu considerável recolhimento de lâmpadas, pneus também alguns eletroeletrônicos. O dia 2 de Setembro com o início da “Semana do Biólogo”, na Univille, ocorreram palestras ministradas pelos servidores Magda Franco e Luiz Ravazolo, da SAMA, sobre o tema das “Áreas de Proteção Ambientais do Município e Legislação Ambiental”. No dia 12 de setembro, foi realizada no Parque Caiera, uma visita guiada e “Interpretação Ambiental”, por solicitação da escola Luiz Gonzaga Ayroso, de Jaraguá do Sul, com a participação de 34 alunos. No dia 16 de Setembro, iniciou-se a “Semana da Árvore”, com a divulgação do programa “Adote uma Árvore”, pela cidade, e com o apoio da Rede Forte Atacadista, do Costa e Silva. No dia 17 de Setembro, ainda em comemoração da “Semana da Árvore”, o programa “Adote uma Árvore” esteve no bairro Bucarein, com o apoio da Rede Forte Atacadista do bairro. Ainda no dia 17 de Setembro foi efetuada a “Capacitação no Conselho Deliberativo da RDS Morro da Ilha do Amaral”, no CRAS do Bairro Paranaguamirim, pelo fato de ficar mais próximo à comunidade. No dia 18 de Setembro houve um mini-curso no Jardim Botânico da Univille, promovido pela própria Univille. No dia 19 de Setembro, ainda em comemoração da “Semana da Árvore”, o programa “Adote uma Árvore” no período de 14h00 às 21h00, houve no campus da Univille contando com a participação dos alunos do horário noturno. No dia 20 de Setembro no fechamento da “Semana da Árvore”, foi efetuado o plantio de algumas árvores das espécies aroeira e ipê, no Morro do Finder, com o objetivo do enriquecimento do solo e embelezamento por ocasião do desabrochar das flores. No dia 25 de Setembro, na escola João Colin, Itaum, com a participação de 110 alunos, foi realizada palestra sobre o tema “Diversidade e a Importância da Preservação”, nos períodos matutino e vespertino. Ainda no dia 25 ocorreu o “Encontro Interdisciplinar do Observatório de Sustentabilidade para a Vida”, na Univille. No dia 30 de Setembro, os servidores da SAMA proferiram palestra na Univille sobre o tema “Danos e Processos Administrativos Ambientais”. No dia 2 de Outubro foi ministrada palestra referente ao tema “Biodiversidade e a Importância da Preservação”, com a participação de 40 alunos da escola Rodolfo Meyer, do Floresta. No dia 9 de Outubro realizada “Capacitação dos Conselheiros da Unidade de Conservação APA Serra Dona Francisca, na Unidade de Desenvolvimento Rural. No dia 11 de outubro foi realizada também a Capacitação para Líderes Comunitários da RDS da Ilha do Morro do Amaral”, no CRAS do Paranaguamirim. No dia 16 de Outubro realizada outra visita guiada, com “Interpretação Ambiental”, no Parque Caiera, com a participação de 30 alunos da escola Rodolfo Meyer. No dia 17 de Outubro ocorreu uma palestra na empresa Albrecht Equipamentos Industriais, com o tema “Guarda Responsável de Animais Domésticos”, com a participação de 36 funcionários. No dia 19 de outubro ocorreu uma ação conjunta, com a participação da Secretaria de Educação, Saúde, de Esportes, e da SAMA, levando o programa “Adote uma Árvore” para as escolas CEI Sementinha, CEI Namir Alfredo Zattar, CEI Professora Felícia Cardoso Vieira, e na UBSF do Paranaguamirim. No dia 22 de Outubro, aconteceu a ação “Mergulho na Mata”, no Parque Zoobotânico, durante a Semana do Servidor Público, com a participação de 10 pessoas, e no dia 24, com a participação de 20 pessoas. O ideal para a realização desta atividade monitorada é um grupo de 25 pessoas. No dia 5 de Novembro foi efetuada uma visita técnica para monitoramento da espécie “*Livistona Chinensis*”, uma espécie de palmeira exótica, estando em vários pontos no Parque Natural Municipal da Caiera, sendo considerada uma espécie invasora, requer um monitoramento constante. Juliana agradece a atenção de todos e passa a palavra para a Conselheira Magda Franco que ressalta que a atividade de monitoramento está definida nos Planos de Manejos não somente na RDS, como na APA, Caiera, Boa Vista, tudo sob a coordenação do Comdema, que é o Conselho Gestor dessas áreas de conservação. O Presidente Jovita indaga a possibilidade de criação de uma Câmara Técnica específica para acompanhamento das atividades das unidades de conservação sob a gestão do Comdema; Magda responde que sim, pode ser criada a Câmara Técnica específica. O Presidente Jovita pontua que as reuniões poderiam ser mensais, o que poderá contribuir com as demandas do Conselho, porque inclusive existem várias questões apresentadas, como exemplo a Zona de Amortecimento do Morro do Boa Vista, e o impacto da Lei do Retrofit que prescreve que os prédios antigos sejam requalificados e adequados às necessidades atuais conforme as Legislações vigentes. No momento trabalha-se na contratação do Plano de Manejo do Morro do Finder, e seria muito interessante no próximo ano contar com a Câmara Técnica de acompanhamento mensal das atividades das Unidades de Conservação, a fim de alcançar um resultado bem estruturado. O Presidente Jovita sugere que na primeira reunião do ano de 2025 seja discutida a criação da Câmara Técnica e tudo o que possa ser aprimorado com relação às Unidades de Conservação. Magda menciona que poderá ser efetuada Capacitação sobre o funcionamento do Conselho a fim de que todos possam ter o conhecimento de como podem contribuir para o desenvolvimento das demandas. O Secretário do Comdema, José Neto ressalta que o novo Código do Meio

Ambiente prevê a criação de Câmaras Específicas. Magda reforça que o Novo Código determina a criação de Câmaras de Saneamento e de Unidades de Conservação, prevendo a fusão do Conselho de Saneamento Básico com o Conselho de Meio Ambiente. A Conselheira Luisa Helena Jordan, do OSB, indaga se os objetivos de divulgação do Projeto para conhecimento da população foram alcançados; O Presidente Jovita esclarece que os números indicadores ainda não foram divulgados pelo Órgão Competente. Jordan questiona se não poderia ser efetuada divulgação pelas mídias sociais. Jovita menciona que a SAMA não tem autonomia para efetuar divulgações, sendo a SECOM Secretaria de Comunicação o órgão responsável. Odilon Amado, da AMBREMA menciona que o CONSEMA possui 7(sete) Câmaras Técnicas: Atividade Agroflorestais, Ação Jurídica, Educação Ambiental, Gerenciamento Costeiro, Licenciamento, Resíduos e Saneamento; as Câmaras Técnicas podem ser constituídas até por 14(quatorze) cadeiras, sendo a Plenária, 36 cadeiras; as 14 cadeiras, preferencialmente são constituídas por entidades que fazem parte da Plenária, preferencialmente, mas não exclusivamente. Isto significa que se estiver sendo discutido tema sobre Educação Ambiental, poderá haver especialistas da área, independente de ter ou não assento na Plenária. Portanto apresentará uma minuta para a Plenária, que é responsável por aprovar essa forma, otimizando grandemente os trabalhos. O Presidente Jovita agradece a contribuição de Odilon, passando a palavra para a Conselheira Magda Franco. Magda ressalta que no momento busca-se a homologação da revisão do Plano de Saneamento através de Decreto da Procuradoria Geral do Município, no entanto ações prioritárias já estão em andamento como exemplo, a ação piloto de Compostagem. Magda convida a servidora Andréia Braun para apresentação desta ação. Andréia cumprimenta a todos e inicia sua fala mencionando que mesmo de forma simplória, muitas pessoas, principalmente as que moram em residência, acabam realizando algum tipo de processo de compostagem; referente à questão da contextualização da compostagem, a parte inicial da implantação e a criação do grupo de trabalho, deve ser observado que esta ação está acontecendo não somente pela SAMA, mas é fruto do trabalho de união de várias Secretarias. Andréia relembra que a Compostagem é uma técnica milenar que iniciou com os chineses há mais de 5 mil anos atrás e atualmente está diretamente relacionada a temas de sustentabilidade, como questões de gás de efeito estufa, aquecimento global e similares. Portanto conforme Lavoisier considerado pai da Química Moderna, que dizia, dentro do meio natural, *"na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma"*. Realmente o que acontece com a parte dos resíduos orgânicos, aquilo que até então era considerado lixo, volta a ser inserido dentro do processo natural como um material nobre. A Compostagem, está prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010, no artigo 36, que prescreve que os municípios trabalhem nessa questão da compostagem. Atualmente tanto o PLANARES, que é o Plano Nacional de Resíduos, quanto o PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico, determinam metas que devem ser alcançadas com relação ao material orgânico que deve ser compostado. Portanto em face dessa diretriz foram criadas algumas ações relacionadas à compostagem. No dia 5 de Junho de 2023, por ocasião da comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, foi iniciado o Projeto Piloto de Compostagem através de métodos da UFSC e a colocação de bombonas nos Restaurantes Populares do Bucarein e Adhemar Garcia, na cozinha da Maternidade Darcy Vargas, na CEASA e no CAC. Andréia ressalta que os resíduos de alimentos são provenientes somente das cozinhas dos estabelecimentos mencionados, exceto da CEASA, que são oriundos dos boxes, e no CAC, os servidores podem levar sobras de alimentos de suas casas. Ainda com relação à parte da sensibilização, no CAC foi realizada uma exposição, visita em todos os setores do prédio, exortando os servidores à adesão ao Projeto. No dia 10 de Junho de 2023 foi realizada também capacitação no restaurante popular do Bucarein; dia 12 de Junho de 2023, no Adhemar Garcia, com os cozinheiros, nutricionistas e todo o pessoal de apoio. no dia 11 de Julho de 2023 realizada capacitação com os 5 boxistas da CEASA ocasião em que foram disponibilizadas 10 bombonas, sendo 2 por cada box. No dia 10 de Julho de 2023 foi efetuada capacitação com funcionários da cozinha da Maternidade Darcy Vargas, e nos dias 28 e 29 de Julho aconteceu nova capacitação na Maternidade, com objetivo de melhorias no manuseio dos resíduos alimentares. No presente ano de 2024 verificou-se que a compostagem centralizada no Aterro, estava se tornando bastante onerosa e criou-se então um grupo de trabalho composto pela SAMA-UGA, SDE-UDR, SEINFRA-ULU e SED-NEAM, com objetivo de planejar as ações de compostagem para o município e viabilizar condições de implantação. Já aconteceram 13 reuniões desde então conforme o plano de ação, no dia 23 de Abril de 2024 foi realizada uma visita à cidade de Curitiba, mas precisamente ao serviço de compostagem, e surpreendentemente foi verificado que Joinville e Curitiba estão com números equivalentes na quantidade de compostagem, ou seja média de sete toneladas por mês. Uma das ações realizadas é a compostagem das Escolas Municipais; é uma ação piloto que está sendo realizada. O principal objetivo do Projeto é alcançar a compostagem descentralizada, as pessoas executarem nas suas residências e ter algum ponto no bairro como uma horta comunitária. No entanto, há de se reconhecer que em algum momento não haverá um local apropriado para recebimento e neste caso,

para os interessados, poderão receber o material orgânico em suas residências, preparar compostagem e levá-la para determinado ponto, porém necessita-se de indicadores para otimizar essa tarefa. Jovita destaca que as escolas têm grande potencial de produzir essa informação, que poderia ser através de um formulário onde seria registrado o consumo, número de pessoas, crianças e tudo o que pudesse ser informado em relação aquela família. As respostas são simples, respondidas sim ou não, com marcação de "x"; um formulário com perguntas precisas seria uma fonte de pesquisa gigantesca, identificando o que acontece nos bairros, nas famílias, nas escolas proporcionando um subsídio esclarecedor, não só para a área de compostagem, mas também para outros segmentos. Jovita alerta que as escolas estão fazendo os ciclos de compostagem, tem eficiência, porém não existe a informação a nível municipal, e esses dados são muito importantes. Através desses dados é que ocorrerá a mensuração sobre aumento, crescimento ou diminuição, fornecendo índices para a política pública da educação ambiental, seja formal ou informal. O Conselheiro Rafael Ribeiro, da SAP menciona que escola de sua filha trabalha com um tipo de formulário que mostram os dados do aluno performando um histórico desde a sua chegada à escola, o que poderia servir de base para a questão da compostagem. Jovita argumenta que poderia oficializar uma escola pública requisitando uma informação com base na pesquisa cadastral e partir desse ponto obter as informações necessárias para possíveis ações, podendo migrar de uma política pública para outra. A servidora Marcia Koser, da SEINFRA-ULU, pertencente ao grupo de compostagem, menciona que esse grupo foi criado para iniciar o programa de compostagem do município, e indaga como esse levantamento de dados, que já foi citado na última reunião do grupo, será efetuado de que forma, porque é muito importante que se levante os dados tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, não só pela importância de formar indicadores, mas também porque existem metas a serem cumpridas. Os dados atuais disponíveis sobre compostagem no município representam apenas o que foi feito no projeto piloto do Aterro Sanitário, não inclui informações das pessoas, empresas, indústrias ou de outrem que faz compostagem no município; essas informações são necessárias para o cumprimento de metas até o ano de 2027. Jovita comenta que não é somente criar política, é para ver se a política está sendo cumprida na sua obrigatoriedade, exortando que todos pensem na ideia ora discutida. A Conselheira Magda comenta sobre um levantamento que a servidora Márcia apresentou sobre a compostagem em Florianópolis e compara com a situação em Joinville, que já efetua a compostagem mas não tem indicativos, tornando um grande desafio para os órgãos responsáveis a organização desse importante projeto. O Conselheiro Pedro Toledo Alacon, da CAJ sugere que é de vital importância conhecer os grandes sistemas de compostagem. A compostagem individual que é feita nas residências é importante, mas tem que focar no coletivo e na distribuição. O conceito de compostagem mudou muito nas últimas décadas. O produto micro sem dúvida dá um bom resultado. A questão é o resultado macro que precisa de demanda, precisa ser usado. A área rural de Joinville ainda é muito pequena para consumir o produto de uma grande compostagem. Esse equilíbrio precisa ser muito bem tratado. A educação ambiental e os processos são muito importantes, mas o equilíbrio do resultado da macro compostagem e a demanda deve ser meticulosamente planejado, a fim de evitar falhas na fase final. Márcia observa que a compostagem tende a ser usada para fechar o ciclo de manejo na própria horta, com a produção das escolas e residências, portanto existe uma preocupação com a macro compostagem devido a sua onerosidade. Alacon alerta para a produção proveniente de restaurantes e empresas, e essa demanda terá que ser mitigada com uma precisa descentralização. Odilon Amado, da AMBREMA ressalta que a compostagem pela Legislação Brasileira está dentro do conceito de reciclagem. E a definição de reciclagem do resíduo tem uma indicação que muitas vezes não se nota. Reciclagem é uma operação do traçamento físico químico e biológico do resíduo para que ele se torne um novo insumo, desde que existam condições técnicas, que sempre existem, e sejam economicamente viáveis. Nem sempre por si só algo deve ser reciclado ou pode ser reciclado ou é reciclado. No caso de grandes geradores nós temos uma situação que hoje é permitida de se levantar: as quantidades dos resíduos equiparados ao resíduo de solo urbano, que são gerados em cantinas, restaurantes, empresas comerciais através do rastreamento do resíduo que é o MTR. Esses são obrigados a emitir o MTR desde que eles serão coletados pela Prefeitura. E o Conselho estabelece no Código de Atividades Potencialmente Poluidoras dois códigos referentes à compostagem: o coletado do serviço de coleta seletiva, ou seja, são aqueles de porta-porta e um outro conceito que é a compostagem de materiais orgânicos visando à produção de fertilizantes, de biofertilizantes, que são empresas maiores que recebem de restaurantes, frigoríficos, empresas como Seara e Swift, que tem grandes produções de efluentes orgânicos, como gorduras e pele de frango; isso é uma empresa de grande porte, que vai ter o conceito de compostagem, no sentido de produzir material que de acordo com o mapa é matéria-prima para fertilizantes orgânicos. Então é muito importante ter essa separação, como Pedro Alacon falou, uma coisa é o micro, que é importante, ajuda muito a reduzir a quantidade de resíduos sólidos que é descartado no aterro, e outra coisa é o grande gerador, pessoa jurídica, que precisa de rastreamento para seu volumoso descarte. A Conselheira Marília destaca

as ações feitas nas escolas: a visita e análise de cada escola; a capacitação dos funcionários, tanto das nutricionistas para que elas repassassem a informação para as cozinheiras, como dos agentes operacionais que realmente efetuariam a questão da compostagem em si; a entrega dos materiais para compostagem, para por nas caixas d'água, provenientes de doações. As visitas técnicas para a análise do processo que estão acontecendo, é um acompanhamento mais próximo às escolas, por isso que elas são um projeto piloto. A Conselheira Magda passa a relatar as ações previstas para 2025 e algumas que já iniciaram como a questão da elaboração do programa, construção do texto e do projeto como um todo. Sobre a implantação da compostagem nas hortas comunitárias, a horta do Morro do Meio já demonstrou interesse; a horta do Girassol que fica Jardim Iriú e a do Costa e Silva sinalizaram positivamente. Está sendo efetuada a aquisição de 500 unidades de kits de compostagem no formato das caixas de minhocário, que serão distribuídas para as pessoas que tiverem interesse, com cadastro prévio e posteriormente devem passar por processo de capacitação; aquisição dos baldinhos e de material informativo, com objetivo de desenvolver o trabalho no entorno das hortas comunitárias, e fazer uma conscientização com os moradores no entorno para ver se eles aderem a questão da separação para que eles possam estar levando a compostagem para a horta. No processo de compras foi incluída a aquisição das bombonas para descartes dos materiais que serão utilizados para as pessoas deixarem nas hortas. Dependendo da resposta do projeto piloto das escolas, gradativamente será ampliada a compostagem das escolas. O objetivo é ter o maior número possível de escolas de Joinville compostando, conforme a Marília colocou, além do sentido pedagógico, trabalhar a questão de transformação das crianças, mostrando o minhocário fazendo parte da educação ambiental. As escolas são um local que tem um volume considerável de resíduos gerados todo dia; na questão do diagnóstico da quantidade de resíduos, deve-se continuar com esse levantamento de informações por um bom período ainda, porque existe alteração de acordo com a sazonalidade da questão da geração de alimentos e da quantidade de material, gerando um impacto no dimensionamento do projeto da compostagem. Magda encerra sua apresentação passando a palavra para a Vice-Presidente do Comdema, Letícia Lunardi, da ACIJ, que parabeniza o projeto, especialmente pelas ilustrações do Presidente Jovita fortalecendo a imagem e o conceito do projeto. Jovita agradece as palavras de incentivo da VP Letícia Lunardi sob os aplausos calorosos da Plenária. A municípe Juliana Borges, da AENVI, cumprimenta a todos e menciona que mesmo não fazendo ainda parte do grupo do Comdema acompanha parte das ações que foram feitas nos últimos meses parabenizando a importante evolução do trabalho do Comdema. Jovita agradece as deferências e ressalta que continua a busca pela definição do mascote para o Projeto de Compostagem destacando que existe a possibilidade de ampliação de outro projeto da SAMA a ser discutido brevemente. A VP Letícia Lunardi aproveita a oportunidade para indagar qual a perspectiva da SAMA para o próximo ano com relação à política de resíduos ressaltando que no IMA existe um grupo de trabalho específico sobre o PLD "Programa Penso Logo Destino", que está sendo avaliado por decreto, e quais prerrogativas na tratativa de resíduos; Magda argumenta que existe um foco no setor de embalagens e na estruturação de novas cooperativas através de um grupo de trabalho dentro dos acordos setoriais, trabalho este que já vem sendo desenvolvido nos dois últimos anos. Então o foco nesse momento é ir de encontro à logística reversa, dos acordos setoriais específico das embalagens. Letícia alerta sobre o cuidado na velocidade de se trabalhar a questão de acordos setoriais no âmbito municipal devido a quantidade de demandas a serem abarcadas. Odilon recomenda atenção ao Decreto Federal 11.413 de 2023 que é sobre embalagem. O Conselheiro Rafael Ribeiro agradece a todos os Conselheiros e especialmente aos representantes do CONSEMA por todas as ideias e conhecimento disponibilizados nesta Plenária. Sem mais manifestações o Presidente Jovita agradece a todos os presentes e encerra a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 4) Orçamento SAMA.** O Presidente Fabio Jovita convida a Coordenadora Luciele Saragossa, da SAMA, para apresentação desta pauta. Luciele cumprimenta a todos e inicia seu pronunciamento sobre o orçamento financeiro mencionando que a Lei nº 101, de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 42, prescreve a obrigatoriedade de equiparação das contas. Este ano aconteceram inúmeras dificuldades, inclusive com a substituição de alguns Conselheiros. Nos anos de 2021 e 2022 a situação financeira do Conselho não era adequada, o que culminou com déficit financeiro no Fundo Municipal do Meio Ambiente em cerca de dois milhões e meio de reais, coberto pela SAMA. Portanto no atual momento, para atingir a equiparação financeira e orçamentária, a intenção é realizar a reversão dessas contas, sendo extremamente necessário esta ação para o fechamento das contas dentro da legalidade. Luciele ressalta que a reversão financeira deve acontecer nas áreas de Gestão Ambiental e Arborização Pública, porque as duas são unidades orçamentárias. Dessa forma a intenção é de reverter somente aquilo que a SAMA investiu no FMMA nos dois últimos anos. Jovita menciona que não foram incluídas na reversão despesas com causa animal e cemitérios; pretende-se a reversão somente com a Arborização, trazendo mais ações ambientais, liberando o FMMA para a Gestão Ambiental. E quando se refere à SAMA, é Fonte 100

da Prefeitura, ou seja, não está ocorrendo doação de dinheiro para a Prefeitura de Joinville, e sim pagamento ao FMMA para repor conta da SAMA de dotações orçamentárias da SAMA que são previstas em objetos de Gestão Ambiental, não são pagamentos administrativos, conta de aluguel do CAC ou aluguel de veículo, são pagamentos de situações de gestão ambiental previstas na dotação orçamentária exatamente conforme a LOA. Luciele menciona que essa reversão não irá impactar a LOA de 2025; está em desenvolvimento um movimento financeiro adequado para cumprir o que se previu no SISMMAM. Jovita ressalta que outro ponto interessante é que houve superávit, sobrou mais dinheiro do que era para ser usado no último ano, e em razão disso não haverá comprometimento de ações do próximo ano para o FMMA; o que está ocorrendo é apenas uma compensação, porque em 2021 não foi a LOA elaborada e em 2022 não foi a LOA aprovada. Então, no começo do ano de 2023 e 2024 não houve a readequação do FMMA, tanto que agora não tem a situação da Prefeitura ter que ajudar a pagar as contas da SAMA, pelo contrário, está acontecendo somente a reposição orçamentária; o superávit cobrirá as despesas orçamentárias sem afetar os gastos previstos na LOA e sem precisar retirar as reservas do FMMA. A Conselheira Marília Santos, indaga se este balanço contábil refere-se aos últimos 4 anos; Jovita responde afirmativamente, ressaltando que é imperativo fechar o balanço com a Prefeitura, porque a mesma precisa ter isso zerado no final do ano por conta da nota CAPAG, que é a avaliação sobre a Capacidade de Pagamento dos Estados e Municípios e para a conta de investimentos que serão buscados no próximo ano. Todavia é preciso deixar tudo zerado, tanto a responsabilidade fiscal, quanto a nota CAPAG que atualmente é nível C, e precisa ser elevada para o nível B, que representa mais investimentos na cidade, como infraestruturas. O orçamento aprovado neste Conselho nesse ano pela LOA, foi de R\$15 milhões, já disponíveis no FMMA. Na sequência Jovita coloca em Votação a anuência do Comdema para Secretaria de Meio Ambiente realizar a reversão contábil do FMMA, para a Fonte 100, vinculada à SAMA, e na próxima reunião discriminará detalhadamente as movimentações contábeis, ao que foi Aprovado, por maioria dos votos dos Conselheiros, registradas duas abstenções. A VP Leticia questiona a motivação desse assunto estar sendo proposto neste momento, no Comdema, haja vista ser um acontecimento do ano de 2021; Jovita esclarece que somente agora essa questão foi informada pela Secretaria da Fazenda no fechamento contábil da gestão, o qual acontece a cada quatro anos, portanto, nos anos anteriores não foi necessário fazer essa operação financeira porque a Prefeitura poderia fechar o ano negativo, como exemplo, no balanço do ano 2023 para o ano 2024, houve um saldo negativo em torno de R\$280 milhões de reais, contudo, no presente ano a Prefeitura não pode mais fechar negativo. Por esta razão todas as Secretarias estão fazendo corte de baixa de empenho, liberando os empenhos para que comece a liberar fluxo de caixa, porque tem que liberar zero empenho e zero reais de déficit anual. Então, não houve a necessidade de efetuar essa operação nos anteriores, pois seria muito arriscado e poderia ter um comprometimento muito grande de LOA. Jovita agradece a compreensão de todos os Conselheiros e sem mais manifestações encerra a pauta, passando para o próximo item. **Pauta 5) Sugestões de Pauta e Palavra Livre.** O Presidente Fábio Jovita abre esta pauta desejando boas-vindas à Conselheira Danielle Perez Alvarez, da AJORPEME. Danielle cumprimenta a todos mencionando que ficou afastada das reuniões por questões de maternidade e na sua volta anseia contribuir da melhor forma tanto no Comdema quanto nas outras entidades participantes, estar sempre alinhada com os propósitos do Conselho e representar dignamente a sua instituição, a AJORPEME. O Presidente Jovita cumprimenta também a convidada Juliana Borges Silivi, da AENAVI ressaltando sua presença constante nas reuniões, exortando-a a fazer parte do quadro de Conselheiros do Comdema em oportunidade futura. Juliana cumprimenta a todos e agradece a receptividade desta Plenária. A VP Leticia Lunardi, da ACIJ informa que recebeu a notícia que o Código Municipal do Meio Ambiente será pauta da Comissão de Urbanismo da Câmara de Vereadores, na próxima segunda-feira, dia 11/11/2024 às 19h00. Leticia convida todos os Conselheiros estejam presentes na Câmara e que informará a demanda em grupo de whatsapp da Câmara Técnica. Leticia ressalta que o encaminhamento para a Câmara aconteceu no ano de 2019. Jovita frisa que esse é o momento de fazer proposições e avaliar se o que está no texto é realmente o ideal para a cidade, portanto é um momento ímpar a presença nesta Audiência Pública. A Conselheira Magda Franco menciona que o Governo Federal retomou as Conferências de Meio Ambiente no âmbito Federal, Estadual e Municipal. A Federal está prevista para maio de 2025 e os Municípios terão que realizar suas conferências até dezembro de 2024. A 1ª Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente do Nordeste de Santa Catarina acontecerá dia 04/12/2024, no Auditório 2, da Faculdade Anhanguera, em Joinville, no período de 09h00 às 18h30, com entrada franca. As pessoas que tiverem interesse podem se inscrever como delegados da Conferência através de site disponibilizado nas mídias sociais. Em razão de existir uma reunião do Comdema marcada para o dia 04/04/2024 às 10h00, o Presidente Jovita, com o objetivo de não concorrer com a reunião da 1ª Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente marcada para o mesmo dia, coloca em votação a alteração da próxima reunião do Comdema para o dia 11/12/2024 às

10h00, na ACIJ, sendo a proposta aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes. Magda ressalta que o objetivo maior é a participação do Conselho nessa Conferência, no entanto existem metas a cumprir, quais sejam trazer as comunidades tradicionais, os movimentos negros, de mulheres, dos quilombolas, dos indígenas e outros movimentos, contudo um foco maior para as mulheres, é muito importante trazer todos os atores da comunidade, de modo especial aqueles em vulnerabilidades, para que sejam ouvidos. Então é um desafio para os municípios fazer esta movimentação de trazer essas comunidades. Sem mais manifestações, o Presidente do Comdema Fábio Jovita agradece a presença de todos declarando encerrada a reunião ordinária às 12h00, sendo extraída a presente Ata, a qual foi lavrada pela Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do Comdema

Luiz Carlos da Silva Seixas
José Augusto de Souza Neto
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 12/12/2024, às 09:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023464922** e o código CRC **523CB629**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

24.0.003425-1

0023464922v215
0023464922v215